



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECLAMAÇÃO Nº 42067 - PR (2021/0224778-2)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECLAMANTE : JOSE MAURICIO ZENHA DE TOLEDO
ADVOGADO : CINDY TAVARES COSTA - SP340996
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
INTERES. : ADEMIR CARLOS BRISOLLA ARAÚJO
ADVOGADOS : FRANCISCO RODRIGO SILVA - PR059293
ANA PAULA CARNIETTO TEODORO - PR057924

DECISÃO

Cuida-se de reclamação ajuizada por JOSE MAURICIO ZENHA DE TOLEDO com pedido de liminar contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ em que se alega divergência de entendimento com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A reclamação prevista no art. 105, I, *f*, da Constituição Federal é garantia constitucional destinada à preservação da competência do Superior Tribunal de Justiça ou para garantir a autoridade de suas decisões em caso de descumprimento ou de cumprimento em desacordo com os limites do julgado aqui proferido.

Contudo, o pleito não se enquadra em nenhuma das hipóteses de cabimento de reclamação, uma vez que inexistente decisão desta Corte proferida no caso concreto e sendo descumprida.

Importa asseverar que, conforme jurisprudência desta Corte federal, não é possível a interposição de reclamação como sucedâneo recursal para dirimir divergência jurisprudencial: "a reclamação constitucional não é a via adequada para preservar a jurisprudência do STJ, mesmo que firmada em recurso repetitivo, mas sim a autoridade de suas decisões tomadas no próprio caso concreto" (AgRg na Rcl n. 25.299/SP, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Seção, DJe de 4/12/2015); "a reclamação constitucional não é instrumento útil para adequar os julgados do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, mesmo que proferidos em sede de recurso repetitivo. Tal procedimento se destina a fazer cumprir decisão proferida em caso concreto que envolva as partes postas no litígio do qual oriundo a reclamação" (AgRg na Rcl n. 22.505/SP, Segunda Seção, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 15/4/2015).

Assim, inexistindo acórdão do Superior Tribunal de Justiça no caso concreto envolvendo as mesmas partes ora em litígio, não há falar em admissibilidade da reclamação em análise, por ausência de pressuposto formal da ação.

Ante o exposto, indefiro liminarmente a reclamação.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se e intime-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente